



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO**

**10ª REUNIÃO**

**Ata da ordem do dia 22 de novembro de 2012**

**Brasília-DF**

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### 10ª REUNIÃO DO CONSELHO DE RELAÇÕES DO TRABALHO

**Data:** 22 de novembro de 2012

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego, Edifício Sede, Sala nº 433

**Participantes:** Cleto dos Santos (GM); Eduardo Azeredo Costa (GM); Carlos Augusto Motta Brandão Monteiro (GM); Sérgio Sepúlveda (SE); Luiz Felipe Brandão de Mello (SIT); Manoel Messias Nascimento Melo (SRT); Eudes da Silva Carneiro (SRT); Ione Rocha Torres (SRT); Mauro Rodrigues (SRT); Carlos Alberto de Oliveira Pereira (CGTB); Mauri Viana Pereira (CGTB); Pascoal Carneiro (CTB); Rosana Sousa de Deus (CUT); Pedro Armengol de Souza (CUT); Luiz Carlos Motta (FS); Hamilton Dias de Moura (NCST); Francisco Canindé Pegado do Nascimento (UGT); Cristiano Barreto Zaranza (CNA), Alain Alpin MacGregor (CNC), Junia Queiroz Alves Dal Secchi (CNCOOP), Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI), Silvia Teixeira (CNI); Joicy Damares Pereira (CNS- Saúde), Luigi Nese (CNS - Serviços); João Adilberto Pereira Xavier (CNS - Serviços); Adriana Giuntini (CNT); Nicole Goulart (CNT); Plínio Gustavo Sarti (CNTUR); Magnus Ribas Apostólico (CONSIF); e, Pablo Rolim Carneiro.

1 Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e doze teve início a 10ª Reunião do Conselho de  
2 Relações do Trabalho. **ABERTURA:** O Sr. Eudes iniciou a reunião, indicando a ausência do  
3 Secretário e do Presidente, agradecendo a presença de todos e dando as boas vindas aos novos  
4 Conselheiros. **Item Aprovação de Ata.** Indicou ter acontecido uma observação na ata da reunião  
5 anterior, mas que já havia sido sanada, indagando se havia mais alguma colocação. O Sr. Luiz Carlos  
6 Motta indicou, na linha 167, onde falava “*observação sobre registro sindical*”, deveria ser  
7 “*cadastramento ou recadastramento sindical*”, com o Sr. Eudes informando que fariam a correção e  
8 encaminhariam a ata com as alterações. Em não havendo mais nenhuma observação, a ata da 9ª  
9 Reunião do CRT foi considerada aprovada pelo Pleno. **Item Definição dos novos coordenadores das**  
10 **bancadas dos empregadores, trabalhadores e governo.** Informou que o novo coordenador da  
11 bancada dos empregadores era o Sr. Magnus, da CONSIF; dos trabalhadores, o Sr. Motta da Força  
12 Sindical; e, do governo, o Secretário Messias, ficando pendente a formalização dos respectivos  
13 documentos, e indicação dos suplentes. O Sr. Magnus comunicou ter sido encaminhado e-mail para o  
14 Secretário Messias indicando o Sr. Cristiano, da CNA, como Suplente; e, o Sr. Motta indicou como  
15 Suplente o Sr. Francisco Canindé Pegado. O Sr. Eudes observou que não haviam discutido quem seria  
16 o sub-coordenador da bancada do governo, colocando em pauta o assunto, sendo escolhido Luiz Felipe,  
17 Secretário de Inspeção do Trabalho. O Secretário Messias falou sobre a situação da portaria, falou  
18 sobre a tabela de categoria, falou do seminário com os trabalhadores e empregadores, a partir dos quais  
19 recebeu várias sugestões sobre a nova tabela de categoria ou novo quadro de atividades. Relatou que no  
20 dia seguinte retomariam os estudos, sendo preciso marcar a segunda reunião com os empregadores e  
21 depois com os trabalhadores, para avançar na elaboração dessa tabela, questionando se teriam  
22 condições de fazer esses seminários ainda nesse ano, sendo sugerido fosse marcado para final de  
23 janeiro de 2013, antes da reunião do Conselho, sendo um dia com os trabalhadores e um dia com os

24 empregadores. O Sr. Magnus observou que havia que ter um tempo maior, havendo dificuldades dentro  
25 das confederações, discutindo-se a questão, mas não chegando a um consenso, sugerindo deixar para  
26 após a reunião do Conselho, em fevereiro. O Secretário Messias concluiu pela última semana de  
27 fevereiro, ficando de enviar uma proposta de ata. O Sr. Magnus indagou se teriam uma minuta dessa  
28 portaria. O Secretário Messias não esclareceu e disse que a tabela será na última semana de fevereiro,  
29 que em janeiro tem o conselho em torno do dia 20, e que então olharia a data que seria e enviaria as  
30 propostas de datas de reuniões do conselho, tentando fechar a data naquele dia. **Item 4 Aprovação dos**  
31 **termos da recomendação nº 003/2012, aprovada em 25 de setembro, contrária à orientação para**  
32 **criação de novos Conselhos Estaduais de Relação do Trabalho.** Informou que o texto havia sido  
33 encaminhado para os Conselheiros e passou à sua leitura: *“Incorporando deliberação do plenário da*  
34 *nona reunião realizada no dia 25 de setembro de 2012, acerca do tema de pauta relacionado com a*  
35 *criação dos Conselhos Estaduais de Relações do Trabalho nos estados, as bancadas de empregadores*  
36 *e os trabalhadores rejeitaram a proposta sob o argumento que, com a criação de tais conselhos com o*  
37 *mesmo formato do Conselho de Relações do Trabalho, poderia haver sobreposição de funções e*  
38 *ocorrência de conflitos. Resolve recomendar ao Ministro do Trabalho e Emprego que oriente os*  
39 *senhores Superintendentes Regionais de Trabalho e Emprego, para que, em suas respectivas áreas de*  
40 *atuação, abstenham-se de criar Conselhos Estaduais de Relação do Trabalho”*. Falou sobre a questão  
41 colocando que não queriam mais a criação desses Conselhos, fazendo-se posteriormente, sugestão de  
42 conselhos consultivos. Indagou se a bancada dos trabalhadores concordava com esse texto, com o Sr.  
43 Canindé Pegado observando que no texto inicial da recomendação faltava “de” em “de conselhos de  
44 relações de trabalho” sugerindo, também, que na penúltima linha, e no tocante ao texto da resolução  
45 propriamente dita, deveria ter essa recomendação acrescida. O Secretário Messias esclareceu que a  
46 colocação, indicando que a recomendação é não criar conselhos, nós estamos aconselhando o ministro,  
47 recomendando ao ministro, que passe nova orientação em relação a anterior, que tinha que criar, agora  
48 é: não crie. De acordo, sem essa alteração foi proposto pelo Magnus. O Sr. Magnus concordou com a  
49 desistência da emenda, indagando se na recomendação do ministro, a bancada de governo não se  
50 posicionava ou fazia alguma recomendação, com o Secretário Messias informando que não, haja vista  
51 ter sido conversado com o próprio Ministro, Secretário Executivo, Secretário de Inspeção do Trabalho,  
52 mas que, do ponto de vista formal, não tinha orientação do ministro. O Secretário Messias considerou  
53 aprovado o item em tela. **Item Apresentação da SIT, sendo uma** para avaliarem a possibilidade de  
54 utilizar esse espaço como um espaço tripartite, para participação das bancadas e ação do Ministério do  
55 Trabalho, e a outra é sobre o relatório de atividade de fiscalização do ano de 2011. Falou sobre os  
56 novos Conselheiros, com a bancada do governo mudando quase que integralmente, indicando o  
57 Secretário de Inspeção do Trabalho, Sr. Luiz Felipe, representantes do gabinete, Srs. Cleto e Eduardo,  
58 Secretaria Executiva os Srs. Sérgio e Fabiano, e o Presidente do Conselho, Sr. Marcelo Aguiar, com o  
59 titular sendo o Sr. Roberto Marinho pela SENAES e pela SRT o Coordenador Geral de Relações de  
60 Trabalho, Sr. Mauro, podendo haver novas indicações. O Sr. Luiz Felipe passou a discorrer sobre o  
61 resultado da fiscalização e sobre a Comissão Sindical Consultiva, chamada de Comissão de  
62 Colaboração da Inspeção do Trabalho. Falou sobre a criação da Comissão em 2005, seus objetivos e  
63 participantes, visando a aproximação da classe trabalhadora com a fiscalização, para poder subsidiar a  
64 fiscalização dentro do planejamento. Falou sobre as dificuldades existentes, destacando a comunicação  
65 entre MTE e a classe trabalhadora, sendo que muitas das ações realizadas não eram conhecidas,  
66 discorrendo sobre a questão e como a Secretaria de Inspeção de Trabalho vinha mudando sua forma de  
67 atuar, deixando de ser apenas reativa para também ser proativa, relatando a experiência no estado do  
68 Rio Grande do Sul e como funcionavam as Comissões Sindicais Consultivas na ponta, em alguns  
69 estados, e com cuja atuação concordava. O Sr. Luiz Felipe, em relação aos resultados da fiscalização,  
70 relatou que em 2011 foram 480 mil trabalhadores sob ação fiscal, indicando o gráfico comparativo, que  
71 mostrava a queda nesse número, ocasionada pelo mercado atualmente mais formal. Indicou, no  
72 material na tela, as ações fiscais, os aprendizes e pessoas com deficiência inseridas no mercado de  
73 trabalho, operações de trabalho escravo, trabalho infantil, o recolhimento do Fundo de Garantia após  
74 ações fiscais e os acidentes de trabalho. Concluindo, o Sr. Luiz Felipe colocou-se á disposição para

75 esclarecimentos. O Secretário Messias falou sobre a existência da Comissão de Colaboração e Inspeção  
76 de trabalhadores e MTE, sendo colocado na última reunião se replicariam esse modelo para a bancada  
77 dos empregadores, constituindo um Conselho Consultivo em nível de cada Superintendência para sua  
78 aproximação tanto dos empregadores quanto dos trabalhadores, não apenas no tema de fiscalização,  
79 mas da ação da superintendência. Que se fosse esse o modelo, teriam que elaborar uma proposta de  
80 regimento, com essa questão sendo proposta quando a Sra. Vera era Secretária, mas com o assunto não  
81 tendo sido aprofundado. Indagou se havia algum esclarecimento sobre o relatório apresentado pela SIT,  
82 que se comprometia para o próximo ano apresentar o relatório de 2012. O Sr. Canindé Pegado  
83 considerou o relatório bem apresentado, considerando o desconhecimento sobre as questões colocadas,  
84 mas considerando ser fundamental aprimorar essas informações, com maior detalhamento. Com  
85 relação a criar uma comissão similar para os empregadores, era um problema do governo com os  
86 mesmos, sendo importante que os números apresentados chegassem às centrais sindicais para uma  
87 avaliação interna. Aparteando, o Sr. Luiz Felipe informou que na grande maioria dos casos que haviam  
88 parado de atuar era porque o movimento sindical havia se afastado. O Sr. Canindé Pegado ponderou  
89 que poderia ter sido ocasionado por falta de informação, discorrendo sobre as críticas existentes quanto  
90 à falta de condições ou de fiscais de governo para essas ações. Observou que o relatório propiciava  
91 conhecimento da situação existente, ressaltando a falta de recursos para essas ações de fiscalização,  
92 reiterando o envio do relatório para que tomassem conhecimento dos dados apresentados. O Sr. Pascoal  
93 Carneiro concordou com a importância do relatório, solicitando seu desmembramento por estados e  
94 setores econômicos, solicitando seu encaminhamento, destacando a diminuição do número de  
95 acidentes. Ressaltou que o movimento sindical não tinha conhecimento da portaria, discorrendo sobre a  
96 ausência das centrais nessa discussão. Falou da necessidade de se modificar o nome. Com relação ao  
97 Regimento, concordava com o Secretário Messias, sendo preciso estabelecer o número de participantes  
98 para os trabalhadores, destacando as informações constantes no gráfico apresentado e sendo preciso  
99 focar o trabalho de fiscalização. Que era preciso verificar o percentual de participação de trabalhadores  
100 da federação de trabalhadores rurais, colocando a precariedade com que as Superintendências  
101 operavam, considerando a falta de estrutura, haja vista que a participação das Centrais sindicais  
102 aumentaria a demanda de fiscalização, sendo preciso aumentar o efetivo desses profissionais. O Sr.  
103 Eduardo Costa, apresentou-se como representante do GM, na presidência da Fundacentro que  
104 trabalhava em colaboração com a SIT. Registrando que estão aprovando a legislação que regula o  
105 trabalho doméstico. Falou sobre a apresentação do Sr. Luiz Felipe, concordando com o planejamento  
106 das ações, importante para efetivar a fiscalização. Registrou que a Fundacentro em cooperação com o  
107 MTE, estava organizando uma estrutura para permitir extrair boletins periódicos de análises,  
108 permitindo conhecer melhor as regiões e os problemas apresentados. Destacou a importância da  
109 prevenção dos acidentes de trabalho, com esse sistema vindo favorecer a todos os setores, falando  
110 sobre a rotatividade na área do trabalho e colocando esse sistema à disposição, articulando todas as  
111 informações disponíveis. O Sr. Carlos Alberto Pereira destacou a importância de as Centrais terem  
112 acesso a essas informações, ponderando que a melhor maneira de prevenir acidentes com morte é a  
113 aplicação da legislação trabalhista, com a prevenção sendo a fiscalização sobre a CLT. Destacou ser  
114 dever do movimento sindical dos trabalhadores acompanhar esses procedimentos de fiscalização, que  
115 vinha complementar o trabalho sindical. O Sr. Mauri Viana informou ter participado dessa Comissão  
116 no estado do Paraná, relatando os fatos que promoveram o seu fracasso, destacando os procedimentos  
117 do Ministério Público do Trabalho que haviam facilitado essa queda, tanto no Paraná como em outros  
118 estados. Destacou que era favorável à fiscalização, mas devendo tomar cuidado para que o MPT não  
119 atuasse como anteriormente, fiscalizando não apenas o sindicato dos empregados, mas a todos,  
120 questionando o porquê de ações e processos apenas contra os empregados. O Sr. Magnus ponderou ser  
121 contrário ao formato dessas comissões desde sua criação, mas se fosse outro, poderiam discutir sua  
122 implementação. O Sr. Cristiano Zaranza observou não ter lido a portaria até esse momento, solicitando  
123 que junto com a fiscalização fosse feito um planejamento de ações educativas por parte da Secretaria,  
124 relatando o trabalho realizado pelo MTE em Pernambuco, ademais de outras ações que estavam sendo  
125 realizadas. O Sr. Luiz Felipe indicou que os dados apresentados, em outro formato, estavam no site no

126 MTE, [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br), mas que daria para abrir mais, por região, tendo que ter mais tempo de  
127 apresentar. Ressaltou que o maior problema havia sido a falta de auditores, discorrendo sobre os  
128 procedimentos tomados para suprir a falta de estrutura. Falou sobre os números apresentados,  
129 esclarecendo a situação ocorrida no Paraná e do MPT, destacando as dificuldades na fiscalização e as  
130 ações que tomavam para sanar as dificuldades encontradas. O Secretário Messias questionou se  
131 continuariam discutindo esse ponto, com o Sr. Luiz Felipe indicando que uma das opções era o formato  
132 tripartite, rejeitado anteriormente. O Sr. Magnus ressaltou que gostariam de levar o tema para discutir  
133 na bancada e verificar se existia uma alternativa aceitável, haja vista que não aceitavam o formato  
134 apresentado. O Secretário Messias concordou, ponderando que analisariam as posições dos  
135 trabalhadores e empregadores para encaminhar alguma proposta, suspendendo-se a criação dos  
136 Conselhos de Relação do Trabalho com o papel anterior e, caso fosse criado algum espaço, seria com  
137 nome diferente, para não gerar alguma dúvida nas competências. Disse que este modelo não tinha,  
138 nesse momento, concordância dos empregadores, e que de qualquer forma ficaria pautado e, aí, ter-se-  
139 ia que superar uma demanda, um posicionamento da bancada dos empregadores, no sentido de pautar  
140 de novo o tema ou dos trabalhadores, se quisessem também ficar para estudar, se não, vai ficar na  
141 dependência de ter algum novo posicionamento da bancada dos empregadores. O Sr. Hamilton Dias de  
142 Moura ponderou que a colocação não era de revogar a portaria, mas sim de seu aprimoramento, com o  
143 Secretário Messias indagando se a bancada ficaria com a tarefa de apresentar tais aperfeiçoamentos  
144 formalmente, esclarecendo que esse tema somente seria pautado na próxima reunião do Conselho se  
145 uma das duas bancadas sugerisse. O Sr. Pedro Armengol registrou que a bancada havia feito um debate  
146 no período da manhã, não tendo posição de retirar essa discussão da pauta, mas que pelo que havia sido  
147 apresentado não havia condições de prosseguimento do debate e que o conselho é consultivo, mas não  
148 é de colaboração, e que deveria ser motivo de consulta, com o aprofundamento no debate. Após  
149 algumas colocações, o Secretário Messias indicou que o tema permaneceria, mas não na pauta da  
150 próxima reunião, a não ser que houvesse alguma questão diferente. Informou a sugestão de que em  
151 cada reunião do Conselho houvesse algum tema das secretarias, promovendo a sua integração. A  
152 seguir, indicou um questionamento da CSP-Conlutas, referente à bancada dos trabalhadores, sobre a  
153 regulamentação da portaria do MTE sobre a Lei nº 11.648, sobre o reconhecimento das centrais  
154 sindicais, tendo sido encaminhado para a Câmara Bipartite Trabalhadores e Governo, com um  
155 posicionamento contrário à interpretação do CSP-Conlutas. Que, formalmente, a resposta teria que  
156 passar pelo Conselho, cujo plenário faria uma recomendação para o Ministro, indagando à bancada dos  
157 empregadores se havia alguma colocação. O Sr. Luigi Nese pediu que os trabalhadores também  
158 apoiassem a inclusão das Confederações dos Empregadores nessa portaria. O Secretário Messias falou  
159 sobre as competências das centrais sindicais indicadas na Lei 11.648 e quem as poderia representar  
160 perante os órgãos de governo, atendendo aos requisitos da representatividade. Ponderou que a Câmara  
161 havia manifestado que não concordava com a mudança da portaria, considerando a dúvida existente e  
162 mantendo o ponto na pauta para discutir, com o Ministro acompanhando essa posição. O Sr. Luiz  
163 Carlos Motta esclareceu que a bancada gostaria de um parecer jurídico do MTE, com o Secretário  
164 Messias esclarecendo que, nesse caso, teriam que seguir o que a CONJUR determinasse, esclarecendo  
165 o porquê de ter encaminhado o pedido da CSP-Conlutas para o Conselho, mas que encaminharia esse  
166 pedido, se esse fosse o posicionamento indicado pelo Pleno. O Sr. Canindé Pegado concordou com a  
167 sugestão de um parecer jurídico, respaldando o Conselho nessa decisão. O Secretário Messias indagou  
168 que o procedimento seria tomado, podendo encaminhar o material para análise dos Conselheiros.  
169 Observou que não gostaria de fazer uma consulta formal à CONJUR sobre esse tema antes que  
170 analisassem o material enviado e conversassem sobre a questão, haja vista que o encaminhamento à  
171 CONJUR os obrigaria a seguir sua deliberação. O Sr. Canindé Pegado sugeriu uma nota técnica ao  
172 invés de um parecer, com encaminhamento à Câmara para manifestação, sobre a qual fariam uma nota  
173 técnica. O Sr. Pedro Armengol solicitou que não fosse encaminhado o pleito da Conlutas, sendo  
174 importante que tivessem conhecimento sobre o mesmo, enviando para todas as entidades da bancada,  
175 inclusive a nota técnica do período da portaria 194, sendo que na próxima reunião retomariam esse  
176 debate, colocando suas preocupações sobre os pareceres jurídicos e suas conseqüências. **Item Informe**

177 **da contribuição sindical.** O Secretário Messias informou que o MTE vinha sendo questionado nos  
178 últimos anos pelo TCU, Caixa Econômica Federal e também por iniciativa própria do Ministério, para  
179 aperfeiçoar o controle do sistema de contribuição sindical, indicando os procedimentos tomados e o  
180 agendamento de uma reunião extraordinária do Conselho ou um tempo para aprofundar esse debate.  
181 Falou sobre as orientações do TCU, que haviam sido rejeitadas, mas que esse processo ainda não estava  
182 concluído, sendo que paralelo a esse processo havia outro questionamento do TCU ao MTE sobre o  
183 controle da arrecadação da contribuição sindical, e que havia motivado o aperfeiçoamento desse  
184 controle, indicando os procedimentos tomados e a situação em que se encontrava o assunto, o qual era  
185 de conhecimento de todos. Indicou, também, a cobrança do TCU em relação à contribuição sindical  
186 rural, com elaboração de projeto de lei, com proposta de atualização dos valores de contribuição  
187 sindical para profissionais liberais e empresas. Falou sobre a posição da Caixa, questionada na justiça  
188 sobre a arrecadação da contribuição sindical, e mais recentemente teve uma ação determinando que a  
189 Caixa abrisse conta para um sindicato rural, esclarecendo essa situação. Relatou a situação atual, com  
190 questionamentos do TCU ao MTE sobre o controle da contribuição sindical urbana e rural e sua  
191 fiscalização, sugerindo o agendamento de uma reunião para discutir esse assunto, negociando com a  
192 Caixa a questão da remuneração, e com a responsabilidade de geração do código passando ao MTE. O  
193 Sr. Magnus considerou importante aprofundar essa discussão, considerando haver pouca informação  
194 sobre o assunto e com as entidades tendo condições de prestar esses esclarecimentos. Observou a  
195 necessidade de aprofundar sobre a geração de código e sua implicação na situação atual. O Sr. Pascoal  
196 Carneiro indagou sobre a cobrança sindical dos trabalhadores e também dos patrões rurais feitas pelas  
197 confederações, se teria condição e tempo hábil da Secretaria emitir código sindical para essas entidades  
198 sindicais de trabalhadores e patrões rurais para cobrar o imposto sindical. O Sr. Luigi Nesse ressaltou a  
199 necessidade de discutir esse tema, haja vista que não se conhecia os procedimentos utilizados pela  
200 Caixa, questionando as taxas extras cobradas pela mesma. Indicou a tabela patronal, não existindo  
201 apenas uma única, sendo gerada pelas confederações ou pelas federações, discorrendo sobre os  
202 processos existentes sobre a questão e a devolução de recursos, destacando a importância da  
203 participação do MTE para resolver essa questão. O Sr. Cristiano reforçou a necessidade de uma reunião  
204 para aprofundar a questão, colocando o posicionamento da Confederação, quanto à vinda desse tema  
205 para o MTE, o que consideravam precipitado, haja vista que na Súmula 677 não estava inserida a  
206 competência do Ministério na administração tributária da contribuição sindical. Que já havia  
207 dispositivo legal determinando aos auditores fiscais do trabalho que verificassem o recolhimento da  
208 contribuição sindical, especificamente no setor rural; ademais de discorrer sobre as ações do Tribunal.  
209 Disse que não é intenção do TCU controlar diretamente isso, porque se o fosse, ele demandaria  
210 diretamente às entidades sindicais, e que justamente por não poder fazer isso, que ele está tentando que  
211 o Ministério segregue as contas das entidades, e segregação de receita não é competência do Ministério  
212 do Trabalho, e isso à época ainda no exercício da administração anterior, fora consenso das bancadas,  
213 inclusive, com entendimento do ministro, que ele expediu aquele formato de resposta ao TCU, e que, a  
214 não ser que tenha mudado pelo ministro, era um entendimento unânime. Quanto à contribuição  
215 sindical, destacou que ela é um pouquinho diferente, que essa questão do código é só do setor urbano,  
216 porque CONTAG e CNA administram os seus lançamentos. Questionou o que a Caixa queria  
217 efetivamente cobrar, considerando que tarifa bancária era uma coisa e cobrar pela administração  
218 tributária era outra, arrazoando sobre a questão. O Secretário Messias destacou a importância de uma  
219 reunião específica sobre o assunto. Aparteando, o Sr. Carlos Alberto Pereira informou ter que se retirar  
220 da reunião, permanecendo o Sr. Mauri. O Sr. Admilson falou sobre o papel do MTE quanto ao controle  
221 da arrecadação, conforme estabelecido pelo CTN, com a Caixa sendo o braço operacional na parte da  
222 arrecadação, e com a SIT fazendo a fiscalização, ademais da competência da CNA e CONTAG nesse  
223 gerenciamento, decisão acatada pelo Ministério. Indicou que a posição jurídica do MTE era acatar a  
224 decisão do STJ reconhecendo a CNA e a CONTAG como responsáveis pela administração, com o  
225 Ministério tendo encaminhado esses processos que estavam na esfera legislativa para decidir se  
226 retornava ou não para o estado para poder revogar essa decisão do STJ. O Sr. Cristiano afirmou que  
227 não foi o STJ, foi uma lei. Solicitou que fizessem um anteprojeto, uma emenda para que assumissem a

228 sua receita, com o Sr. Admilson reiterando que se tratava de decisão judicial e discorreu sobre o  
229 posicionamento da Caixa nessa questão dizendo não sendo fácil alterar a lei sobre a fiscalização rural,  
230 falando sobre os percentuais gerados pela Caixa e pelas entidades sindicais. Esclareceu que  
231 considerando a situação atual, a Caixa estava formatando um novo projeto para poder viabilizar essa  
232 sistemática. Como encaminhamento, o Secretário Messias ressaltou que deveriam reunir as  
233 informações existentes para fazer uma reunião específica sobre a questão urbana e rural. **Item Ponto**  
234 **Eletrônico.** Indicou a formação de um grupo de trabalho para tratar do acompanhamento e a evolução  
235 do sistema eletrônico de registro de ponto, com várias alterações a serem realizadas. Que na última  
236 reunião haviam tratado sobre o tema, sendo pautado novamente o assunto, considerando as mudanças  
237 na Secretaria de Inspeção do Trabalho, quando havia sido acertado fazer uma reunião e não se criar um  
238 GT. Sugeriu que cada entidade designasse um representante para discutir o escopo do trabalho do GT.  
239 Que, juntamente com o Secretário Luiz Felipe haviam decidido acertar a data e composição da reunião  
240 e discutir o escopo do grupo de trabalho. O Sr. Luigi Nese manifestou acordo com o agendamento da  
241 reunião para se definir o escopo do GT. Destacou ser importante resgatar todas as questões tratadas  
242 anteriormente, para não ser repetidas. O Secretário Messias indagou à bancada dos trabalhadores se  
243 havia concordância em marcar essa reunião, o que foi confirmado, bem como a composição com 3  
244 titulares e 3 suplentes. Após colocações para marcar a data da reunião, o Secretário Messias sugeriu  
245 que o Secretário Luiz Felipe, por meio do Conselho, encaminhasse algumas alternativas de agenda até  
246 o dia 19 de dezembro, considerando os compromissos existentes nesse mês, propondo para a  
247 composição três titulares e três suplentes. **Item Sindicatos de Aposentados no Cadastro Especial.**  
248 Esclareceu que havia um pleito de que fosse contabilizado para aferição da representatividade das  
249 centrais os sindicatos de aposentados que estavam no cadastro especial, sendo que na reunião da  
250 Bancada Bipartite de Governo e Trabalhadores havia chegado ao seu conhecimento de não fazer essa  
251 contabilização. O Sr. Eudes Carneiro disse que era só para informar que foi decidido na última reunião  
252 do Conselho e formalizado o encaminhamento do expediente para o Ministro, com despacho do  
253 Presidente do Conselho. **Item Grupo de Trabalho sobre a Cota de Aprendizizes e Cota de Pessoas**  
254 **Portadoras de Deficiência.** O Secretário Messias falou sobre esses grupos cujo tema também estava  
255 sendo tratado em outros fóruns, discorrendo sobre as ações realizadas com relação a esse segmento.  
256 Indicou que a idéia era reativar o GT de aprendizizes, convidando para essa reunião a Coordenação do  
257 Fórum de Aprendizagem para relatar a situação atual, considerando a dificuldade em discutir a mesma  
258 questão em dois espaços. Ponderou que teriam que acertar como fariam para conviver com o Fórum de  
259 Aprendizagem, sugerindo a realização de reunião para tratar do assunto. O Sr. Eudes Carneiro  
260 observou que havia solicitado a confirmação dos integrantes, sendo que enviaria e-mail para aqueles  
261 que não havia respondido. O Sr. Magnus Ribas sugeriu que seguissem o mesmo procedimento do GT  
262 sobre o ponto eletrônico, discutindo-se o escopo desses grupos, buscando-se uma solução de consenso  
263 para todos os segmentos. O Secretário Messias relatou o que vinha sendo conversado na SRT, com esse  
264 encaminhamento favorecendo a discussão e que, se houvesse a concordância dos trabalhadores quanto  
265 a esse encaminhamento, ao invés de fazer uma reunião com o GT, marcaria com os responsáveis dos  
266 outros setores uma data de reunião e após a mesma se definiria a manutenção ou não do grupo de  
267 trabalho. O Sr. Pedro Armengol considerava importante resgatar o que já havia sido encaminhado. O  
268 Secretário Messias informou que havia encaminhado todas as atas das reuniões anteriores, o que  
269 poderia ser feito novamente, com o Sr. Eudes Carneiro relatando ter encaminhado um e-mail  
270 solicitando todos os dados dos Conselheiros, para enviar informações e receber as devidas respostas.  
271 **Item Colônia de pescadores.** O Secretário Messias indicou ser um pleito de que a filiação das colônias  
272 de pescadores fosse considerada na aferição da representatividade das centrais sindicais, tendo se  
273 comprometido com os trabalhadores e empregadores a fazer um informe sobre como o MTE estava  
274 tratando o assunto. Indicou o posicionamento do Ministério de não considerar para efeito de aferição  
275 das centrais as colônias de pescadores, pelo menos por enquanto, até que essa situação fosse  
276 esclarecida. Que havia feito uma nota técnica para o gabinete do ministro esclarecendo todas as  
277 questões e que estava sendo analisada pela CONJUR. Esclareceu que ainda não tinha uma resposta,  
278 mantendo-se a posição de não considerar, para efeito de aferição das centrais sindicais e assim que

279 tivessem o parecer da Consultora Jurídica e o posicionamento do Ministério, informaria às bancadas,  
280 podendo-se discutir posteriormente, caso fosse necessário. Informou que o Sr. Magnus Ribas havia  
281 ficado de verificar com sua bancada se esse tema afetaria a bancada de empregadores, para ser tratado  
282 aqui no Conselho ou se afetaria apenas os trabalhadores, sendo tratado na Bipartite. O Sr. Magnus  
283 Ribas ponderou que poderia haver uma posição mista dentro da colônia de trabalhadores, e poderia  
284 haver dono de barco empregador, o que poderia trazer problemas. Concluiu que embora seja para  
285 representatividade das centrais sindicais, e não assunto deles, mas, como princípio, como precedente,  
286 achava que é muito perigoso. O Secretário Messias indagou à bancada dos trabalhadores se havia  
287 alguma questão, com o Sr. Luiz Carlos Motta indagando de quem era esse pleito, sendo informando ter  
288 sido feito pela UGT. O Sr. Canindé Pegado confirmou essa informação, relatando que à época o pleito  
289 havia sido rejeitado, indagando de quem era atualmente essa solicitação. O Secretário Messias  
290 esclareceu que na reunião do GT sobre a discussão da aferição do ano passado, haviam rejeitado, para  
291 discussão posterior, tendo sido mantido. Prosseguindo, o Sr. Canindé Pegado considerou importante  
292 esse tema, questionando se alguma central queria manter o pleito. Observou que era importante ter  
293 validado as colônias de pescadores, tendo questionado à época "*escute, cadê esse cadastro da colônia*  
294 *de pescadores? Está na SRT?*", sendo que a resposta havia sido de que o cadastro de colônia era  
295 especial de colônia de pescadores, que não era sequer gerenciado pela SRT. O Secretário Messias  
296 confirmou ser gerenciado pela SRT, pela Coordenação Geral de Relações de Trabalho e não pela  
297 Coordenação Geral de Registro Sindical. O Sr. Canindé Pegado indagou se há um marco regulatório  
298 sobre o assunto, portaria, lei específica, etc., tendo trabalhado em função de fazer filiações, sendo que o  
299 MTE ratificava a sua posição de não considerar, por enquanto, as colônias para efeito de  
300 representatividade; não fazendo sentido debater esse pleito. O Sr. Pascoal Carneiro observou que no  
301 GT desse ano, que estava fazendo aferição, havia sido discutido o assunto, sendo decidido que os  
302 sindicatos de pescadores de pesca artesanal contavam, mas não as colônias, que eram associações. Que  
303 a posição da CTB era que contassem os sindicatos, mas não as associações, pois abriria um grave  
304 precedente. Como encaminhamento, o Secretário Messias colocou que o assunto em tela sairia de pauta  
305 do CRT enquanto não tivessem uma posição, mas com o tema continuando no Conselho. Item  
306 **Portaria de registro sindical.** Aparteando, o Sr. Luiz Carlos Motta solicitou fosse cancelada a reunião  
307 nos dias 4 e 5 da Câmara Bipartite para tratar dos assuntos sindicais: movimentadores de mercadorias e  
308 músicos. Solicitou que no dia 5 só os trabalhadores pudessem fazer a reunião no Ministério sobre os  
309 temas movimentadores de mercadorias e ordem dos músicos, deixando para fazer o calendário das  
310 reuniões da Câmara para depois. O Secretário Messias concordou com a reunião do dia 5, indicando e  
311 informou que com relação ao calendário seria acertado no primeiro dia de reunião do ano que vem. O  
312 Sr. Eudes Carneiro indicou que veria a disponibilidade de espaço para a reunião do dia 5 o dia inteiro,  
313 relatando que no ano passado a proposta de calendário anual não havia sido aceita, indicando, então, o  
314 dia 24 de janeiro de 2013 para a próxima reunião, quando fariam esse calendário, de acordo com a  
315 proposta dos empregadores. Após colocações a reunião ficou marcada para o período da manhã. O  
316 Secretário Messias indicou que na segunda-feira havia encaminhado para o Gabinete do Ministro uma  
317 proposta de portaria, sendo construída para evitar questionamento de inconstitucionalidade,  
318 esclarecendo as questões e as situações que havia gerado. Que precisaria ter um parecer da CONJUR  
319 antes de entregar a portaria ao Pleno, mas que antes de editar informaria a todos sobre os  
320 procedimentos adotados, indicando como havia ficado esse normativo. Aparteando, o Sr. Canindé  
321 Pegado indagou a respeito da impugnação, com o Secretário Messias esclarecendo que seria apenas de  
322 entidades do mesmo nível, esclarecendo como a questão era tratada na portaria. Ressaltou não haver  
323 intenção do Governo de desfazer o que já estava feito, mas sim de trabalhar com mais cuidado na  
324 formatação desse normativo. Observou que atuava para que o parecer da CONJUR saísse o mais rápido  
325 possível, para poder divulgar para os Conselheiros a minuta e editar a portaria. O Sr. Pascoal Carneiro  
326 questionou se ainda haveria alguma discussão no Conselho sobre o assunto, com o Secretário Messias  
327 indicando que seu posicionamento era que, de posse do Parecer, a minuta fosse encaminhada para o  
328 Conselho e editada, com o Ministro propondo que antes da edição, o normativo fosse apresentado para  
329 o Conselho, mas sem ser objeto de discussão. Que dada a posição das entidades considerava mais

330 produtivo deixar como estava e trabalhar apenas a questão dos critérios, fazendo-se apenas a portaria.  
331 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Secretário Messias agradeceu a presença de todos  
332 declarando encerrada a 10ª Reunião Ordinária do Conselho de Relações do Trabalho. Gravaram-se  
333 todos os debates e depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão  
334 a fazer parte integrante desta Ata.

335 PRESENTES:

336 Cleto dos Santos (GM) \_\_\_\_\_ ;  
337 Eduardo Azeredo Costa (GM) \_\_\_\_\_ ;  
338 Carlos Augusto Motta Brandão Monteiro (GM) \_\_\_\_\_ ;  
339 Sérgio Sepúlveda (SE) \_\_\_\_\_ ;  
340 Luiz Felipe Brandão de Mello (SIT) \_\_\_\_\_ ;  
341 Manoel Messias Nascimento Melo (SRT) \_\_\_\_\_ ;  
342 Eudes da Silva Carneiro (SRT) \_\_\_\_\_ ;  
343 Ione Rocha Torres (SRT) \_\_\_\_\_ ;  
344 Mauro Rodrigues (SRT) \_\_\_\_\_ ;  
345 Carlos Alberto de Oliveira Pereira (CGTB) \_\_\_\_\_ ;  
346 Mauri Viana Pereira (CGTB) \_\_\_\_\_ ;  
347 Pascoal Carneiro (CTB) \_\_\_\_\_ ;  
348 Rosana Sousa de Deus (CUT) \_\_\_\_\_ ;  
349 Pedro Armengol de Souza (CUT) \_\_\_\_\_ ;  
350 Luiz Carlos Motta (FS) \_\_\_\_\_ ;  
351 Hamilton Dias de Moura (NCST) \_\_\_\_\_ ;  
352 Francisco Canindé Pegado do Nascimento (UGT) \_\_\_\_\_ ;  
353 Cristiano Barreto Zaranza (CNA) \_\_\_\_\_ ;  
354 Alain Alpin MacGregor (CNC) \_\_\_\_\_ ;  
355 Junia Queiroz Alves Dal Secchi (CNCOOP) \_\_\_\_\_ ;  
356 Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI) \_\_\_\_\_ ;  
357 Joicy Damares Pereira (CNS- Saúde) \_\_\_\_\_ ;  
358 Luigi Nese (CNS - Serviços) \_\_\_\_\_ ;  
359 João Adilberto Pereira Xavier (CNS - Serviços) \_\_\_\_\_ ;  
360 Adriana Giuntini (CNT) \_\_\_\_\_ ;  
361 Nicole Goulart (CNT) \_\_\_\_\_ ;  
362 Plínio Gustavo Sarti (CNTUR) \_\_\_\_\_ ;  
363 Magnus Ribas Apostólico (CONSIF) \_\_\_\_\_ ;  
364 Silvia Teixeira (CNI) \_\_\_\_\_ ;  
365 Pablo Rolim Carneiro (CNI) \_\_\_\_\_ .